

Administrando o debate público:

O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais

Managing the public debate:

O Globo newspaper and the affirmative action controversy

A relevância política da imprensa aumenta sensivelmente durante controvérsias públicas. Isso porque a ocorrência de uma controvérsia tende a desestabilizar explicações correntes de problemas antigos. Nesses momentos, a imprensa produz, apresenta e difunde novos pacotes interpretativos para o grande público com o objetivo de substituir esquemas de explicação já sedimentados (Gamson, 1995). Como aponta Valérie Robert (2003, p. 34), é impossível distinguir até que ponto a mídia “detecta” ou de fato “cria” polêmicas públicas. Se nenhum tema ou acontecimento é intrinsecamente polêmico, a ocorrência de controvérsias públicas depende em alguma medida da proliferação de coberturas midiáticas que apresentem dada questão como problemática e com decorrências coletivas consideráveis. Assim, o próprio ato de rotulação de determinado debate como “polêmica” por parte da imprensa contribui decisivamente para que a discussão em jogo assuma características semelhantes às de uma polêmica.

* É professor de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisador associado do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). E-mail: lascampos@gmail.com.

** É professor de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). É coordenador no Brasil do Projeto de História Conceitual do Mundo Atlântico (Iberconcepts) e coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). E-mail: jferes@iesp.uerj.br.

*** É doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisadora associada do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). E-mail: vtoste@iesp.uerj.br.

Ao rotular uma temática como “controversa”, a imprensa contribui para a criação de um cenário de dúvida e, simultaneamente, se apresenta como depósito de informações supostamente capazes de subsidiar tomadas de posição mais bem fundamentadas. Esse processo de rotulação permite à imprensa se apresentar como espaço de debate, como arena pública onde diferentes opiniões sobre um determinado tema se encontram, se expressam e se comunicam com um público de leitores. Enquanto tal, a imprensa se apresenta não somente como uma instituição fundamental para o bom funcionamento da esfera pública mas, sobretudo, como um espaço público em si. Por isso, a rotulação de uma problemática como controversa possibilita à imprensa aumentar a sua capacidade de agendar e enquadrar os debates públicos que ela mesma contribui para criar.

Existe um grande número de trabalhos que demonstram como diferentes veículos de comunicação são capazes de agendar e, principalmente, enquadrar o modo como questões controversas são recebidas por um grande público (McCombs e Shaw, 1972; Dearing e Rogers, 1996; Tuchman, 1978; Gitlin, 2003; Gamson, 1995; Entman, 1993). A tese do enquadramento trabalha com a premissa de que a mídia exerce sua influência no debate público filtrando e realçando aspectos de determinado tema, inclusive dando voz a alguns atores sociais e silenciando outros¹. Sem negarmos o poder do enquadramento, queremos neste texto chamar atenção para um aspecto não muito estudado da cobertura midiática: a valência dos textos em relação a dada questão, com vistas a chamar atenção para uma estratégia da mídia que não diz respeito à manipulação do conteúdo do que está sendo publicado, como quer a tese do enquadramento, mas à configuração do espaço onde se encena a controvérsia.

Sabemos que a grande imprensa contemporânea cultiva, para fins de produção de sua própria imagem, o valor da imparcialidade – um desenvolvimento histórico que Bernard Manin atribui ao advento da democracia de público (Manin, 2002). A tese do enquadramento opera com a ideia de que tal imparcialidade é falsa e de que tal falsidade já é violada na própria maneira como a notícia é apresentada ao público – isto é, por meio de seu enquadramento interpretativo. Não faz parte de nossos propósitos contestar tal

¹ Chamamos aqui de tese, pois a influência de fato da mídia no debate público só pode ser avaliada com estudos de recepção e não somente por meio da análise de enquadramento. Ver, por exemplo, entre muitos outros, Gamson (1995). Para um exemplo brasileiro de combinação de análise de enquadramento com estudo de recepção ver Porto (2007).

tese, mas sim postular uma outra, que lhe é complementar, e que diz respeito à formatação e representação do espaço onde se desenrola a controvérsia.

A tese do enquadramento aponta para uma maneira segundo a qual a imprensa exerce o papel de ator político. A tese da administração do espaço de debate também o faz, mas por outros meios: não oferecendo um enquadramento mais ou menos fechado do tema, mas permitindo a expressão de enquadramentos antagônicos e vozes dissonantes, ainda que de maneira controlada. Na prática, é muito difícil demarcar nitidamente em que medida e em quais momentos a imprensa atua como ator político ou como administradora do espaço público. Parece-nos que, na verdade, ela exerce na maior parte das vezes ambos os papéis, isto é, ao representar o espaço público ela tenta influir de forma mais eficaz nos destinos que as polêmicas públicas tomam.

Pretendemos contribuir para a confirmação de nossa hipótese no presente trabalho por meio de um estudo de caso. Buscamos entender de que modo um dos mais importantes veículos de comunicação brasileiros, o jornal carioca *O Globo*, “cobre” uma das mais proeminentes polêmicas públicas dos últimos anos: a controvérsia em torno da adoção de cotas raciais nas universidades brasileiras. Para tal examinamos todos os textos opinativos publicados sobre as ações afirmativas raciais em *O Globo* de 2001 até 2008.

Os textos foram coligidos pela equipe de pesquisadores do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (GEMAA-IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Uma vez selecionado, cada texto foi codificado de acordo com algumas variáveis sobre o perfil do autor e o gênero e o conteúdo do texto. Tanto a codificação quanto as análises foram feitas a partir do programa de análises estatísticas Sphinx.

A título de ressalva metodológica, devemos deixar claro que, a despeito da importância de nossa fonte – *O Globo* é o segundo jornal em tiragem diária no Brasil e também principal órgão de imprensa do maior conglomerado de mídia do país –, para se confirmar tal hipótese como explicação verdadeira do comportamento da grande mídia impressa, seriam necessários estudos que incluíssem outros grandes jornais. Seria importante também verificar se o comportamento aqui estudado se replica quando estão em pauta outros temas: aborto, sem-terra, questões de gênero, questões trabalhistas, movimentos sociais domésticos, movimentos sociais internacionais etc.. Somente

assim saberemos se a administração do campo de debate não é um comportamento especificamente adotado para o caso das políticas de ação afirmativa.

Grosso modo, tentamos evidenciar como convivem e se articulam duas estratégias editoriais na cobertura que o jornal faz das opiniões sobre as ações afirmativas raciais. Uma dessas estratégias editoriais parece ser a organização dos textos publicados de modo a apresentar o jornal como o espaço público politicamente neutro e, portanto, legítimo. Porém, outro conjunto de dados nos leva a crer que o jornal também age de forma a enquadrar o debate de modo a favorecer certa perspectiva em relação às ações afirmativas raciais.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, desenvolvemos os marcos teóricos mobilizados para compreender os resultados da pesquisa. Na seção subsequente, examinamos os dados obtidos pela pesquisa. Ao termo, apresentamos algumas hipóteses explicativas dos dados.

A imparcialidade como performance

Se por um lado a imprensa “cria” polêmica ao rotular um debate como tal, a difusão e a legitimação de um enquadramento polemizante impõe certa ordenação às rotinas jornalísticas. Noutros termos, ao apresentar como polêmico um acontecimento, a imprensa é impingida a cobrir os eventos relacionados à problemática em pauta de acordo com determinados critérios convencionalmente estabelecidos e quase sempre relacionados a um ideal de neutralidade ou imparcialidade jornalística.

Ainda hoje, o ideal jornalístico da imparcialidade marca o cotidiano das redações de diferentes jornais. Embora seja cada vez mais comum, mesmo dentre os jornalistas, a aceitação de que a neutralidade é uma quimera, o discurso da imparcialidade ainda funciona como critério para a avaliação da chamada “credibilidade” de vários veículos de comunicação na atualidade². Mesmo a proliferação, sobretudo a partir da década de 1970, de estudos sociológicos que contestam a factibilidade da neutralidade da imprensa ainda não foi capaz de dissolver o poder desse ideal entre os próprios produtores de notícia (Miguel e Biroli, 2010). Portanto, mais do que uma mera “ideia-falsa”, o valor da neutralidade jornalística deve ser compreendido como

² A partir de um trabalho com os manuais de redação adotados pelos principais veículos de comunicação brasileiros e com discursos de importantes jornalistas do país, Hohlfeldt (2001) nota como as noções de objetividade, neutralidade, isenção, imparcialidade etc. ainda marcam decisivamente o discurso que os jornalistas fazem sobre os ideais éticos da profissão.

uma “ideia-força” que ainda pauta a prática jornalística e, por isso, produz resultados sociológicos específicos.

De acordo com Gaye Tuchman, quatro rotinas jornalísticas contemporâneas podem ser entendidas como rituais que buscam estrategicamente revestir dada cobertura midiática de um verniz de imparcialidade ou objetividade: apresentação de interpretações conflitantes dos fatos, apresentação de evidências para confirmação de fatos, o uso judicioso de citações e a estruturação da informação em uma sequência adequada. Tais “rituais estratégicos” ajudariam os jornalistas a “blindar” suas escolhas contra as críticas dos editores e de outros membros da redação, bem como as eventuais denúncias e os potenciais processos judiciais originados fora das redações (Tuchman, 1972). Em suma, tais rituais, ainda em voga no jornalismo contemporâneo, podem ser considerados estratégias que buscam apresentar dada cobertura como isenta (Tuchman, 1972, p. 665-672).

É importante notar, contudo, que Tuchman está em grande parte interessada em identificar a utilização desses artifícios como retórica interna a cada texto jornalístico, e não como algo que diz respeito à organização de posições conflitantes expressas por diferentes textos publicados pelo jornal. Ademais, a autora está preocupada em problematizar a suposta objetividade e neutralidade de reportagens e não em analisar o papel dos textos opinativos na administração da aparência de neutralidade jornalística, como é o caso da presente contribuição.

Grosso modo, a difusão do ideal da imparcialidade jornalística vinculou-se a uma transformação histórica, ocorrida em meados do século XX nas democracias representativas capitalistas do Ocidente. Nesse período, a representação política estava estreitamente vinculada à atuação dos partidos políticos, os quais, como ressalta Manin, controlavam a maioria dos jornais. Logo, os partidos centralizavam não somente os meios necessários para a expressão política nas esferas representativas mas também os meios necessários para a formação, difusão e articulação das opiniões políticas. Por isso, nessa “democracia de partidos (...) as clivagens da opinião pública coincidiam com as clivagens eleitorais” (Manin, 2002, p. 215). Foi na transição para outro modelo de representação política que o ideal da imparcialidade se impôs. O descrédito das identidades de classe e o conseqüente declínio dos partidos políticos como representantes dessas identidades inaugurou o que Manin chamou de “democracia de público” (Manin, 2002, p. 218).

Nessa nova fase, proliferaram os veículos de mídia formalmente desvinculados dos partidos. Essa nova imprensa deixou de se apresentar na esfera pública como representante de clivagens partidárias e classistas para reivindicar a posição de principal lugar dos debates políticos (Manin, 2002, p. 218-235). Noutros termos, os jornais deixaram de se apresentar como “atores partidários” e passaram a reivindicar a posição de “meios de debate”, alternativos e complementares em relação aos parlamentos.

Embora em algumas passagens Manin pareça acreditar de forma um tanto inocente no fato de que a imprensa nas democracias de público seja de fato imparcial (Fuser, 2009), o que mais importa para os nossos fins é localizar historicamente o momento em que esse ideal se impôs às rotinas jornalísticas. No Brasil, a efetivação do ideal de um jornalismo isento se deu entre os anos 1940 e 1960, simultaneamente a um processo de profissionalização do jornalismo e rotinização das redações (Biroli, 2007; Silva, 1990). Tal processo havia também ocorrido nas redações norte-americanas. Como Lance Bennet destacou, a profissionalização do jornalismo está estreitamente ligada nos Estados Unidos à produção e à legitimação de uma visão mítica da ética jornalística:

O jornalismo, como a maioria das profissões, primeiro desenvolveu um conjunto de práticas, então adicionou a tais práticas um conjunto de racionalizações profissionais impressionistas e, finalmente, reescreveu a história de forma que tais práticas parecessem emergir de uma concepção imaculada de um conjunto de inspirados ideais profissionais (Bennett, 1988, p. 123).

Para além das rotinas de produção da notícia, o advento do ideal da neutralidade reconfigurou a própria organização visual dos jornais impressos. Foi também em meados do século XX que os periódicos começaram a adotar uma série de divisões internas. A mais importante dessas divisões talvez tenha sido aquela que separou as notícias ditas informativas dos chamados artigos ou colunas de opinião³. Tal divisão foi calcada na ideia de que informação e

³ Biroli destaca que, no Brasil, a separação entre informação e opinião adquiriu seu maior impulso no processo de padronização da atividade jornalística do jornal *Folha da Manhã* no fim da década de 1940. Mais recentemente, uma apologia a tal demarcação pode ser encontrada em vários manuais – destaque para o “Manual de redação e estilo” do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado em 1990 (Biroli, 2007, p. 133-134).

opinião deveriam – e poderiam – ser separadas. Daí resultou que o espaço dedicado à publicação de notícias passou a ser nitidamente distinguido do espaço dedicado à publicação dos textos opinativos.

Vale notar que a divisão entre notícias informativas e textos opinativos realizou dois modelos de atuação pública da imprensa que curiosamente foram objeto de discussão nas décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos, sobretudo a partir das publicações das obras seminais de Walter Lippmann (1998) e John Dewey (1991). Para o primeiro, caberia à imprensa fornecer ao público informações objetivas produzidas por profissionais especializados capazes de afastar as incertezas e incompletudes da mera opinião do homem comum, incapaz de julgar os problemas de uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa. Dewey, por seu turno, entendia que a esfera pública não deveria ser tutelada por um grupo de *experts*, donos da opinião pública. Segundo ele, o “homem comum” era sim capaz de produzir juízos sobre as problemáticas públicas, desde que tais problemáticas tivessem decorrências palpáveis para ele. Por isso, mais importante do que subsidiar as tomadas de posição com informações objetivas, caberia à imprensa se constituir em lugar de debate, permitindo ao cidadão identificar os temas com decorrências potenciais para sua vida e, assim, fazendo com que a própria esfera pública se “redescobrisse”. Esse espaço público deveria contemplar desde opiniões especializadas às opiniões dos homens comuns, o que abriria a imprensa às opiniões mais parciais e incompletas.

A despeito das diferenças, ambos os autores partilhavam de um ponto: seja como uma fonte de informações objetivas ou como um espaço de debate, eles defendiam que a imprensa poderia se relacionar com a esfera pública de um modo mais ou menos neutro, ou pelo menos equilibrado. Porém, é preciso notar que, ao buscar se relacionar com a política apresentando-se como instituição isenta de partidarismos, a imprensa reivindicaria a capacidade de influir nos jogos políticos sem, contudo, se submeter às regras específicas do campo político (Miguel, 2002).

Talvez por isso tenha proliferado uma vasta bibliografia dedicada ao estudo dos mais diversos vieses políticos presentes na atuação da mídia e nos efeitos que ela teria sobre a opinião pública. Dentre esses estudos, merecem destaque aqueles que chamaram a atenção para a capacidade diferencial que a mídia possui de dar ou não visibilidade a determinados temas (Mc-

Combs e Shaw, 1972; Dearing e Rogers, 1996) e de enquadrá-los, ressaltando seletivamente alguns de seus aspectos e fornecendo pacotes interpretativos para determinadas questões (Tuchman, 1978; Gitlin, 2003; Gamson, 1995; Entman, 1993).

Não importa para o presente fim resumir aqui a multiplicidade de enfoques que buscaram inventariar os vieses presentes nos enquadramentos da realidade produzidos pela mídia e na seleção que ela faz dos temas que entram ou não na agenda de debate público. Queremos apenas destacar que a maioria desses trabalhos toma a notícia como objeto privilegiado de estudo em detrimento dos textos ditos “opinativos”. Implicitamente, subjaz a essa preferência a ideia de que não há motivo para desvelar os vieses presentes em textos que se autodenominam opinativos, dado que estes admitem de saída dado viés.

No entanto, ao colocar num segundo plano os artigos de opinião, esse conjunto de estudos aceita implicitamente uma divisão editorial sustentada pelos próprios veículos de comunicação que consideram os textos opinativos como pertencentes a uma categoria completamente diferente das notícias. Além disso, desconsidera-se o modo pelo qual a seleção dos textos opinativos publicados por um dado jornal pode também gerar efeitos sobre a esfera pública ou traduzir critérios de seleção escamoteados. Logo, embora as diferenças entre as reportagens e textos opinativos não devam ser ignoradas, é preciso entender como a publicação de artigos e colunas de opinião também contribui para a manutenção do discurso da neutralidade midiática. A nosso ver, isso se dá basicamente de duas formas.

Em primeiro lugar, os artigos de opinião são apresentados como contrapontos das notícias, o que confere às últimas uma aparência de neutralidade. Mais importante ainda, a divisão entre notícia e opinião reforça a crença segundo a qual o jornalista autorizado é o único capaz de dividir juízo de valor e juízo de fato, ao contrário dos outros atores que ocasionalmente intervêm publicamente. Em segundo lugar, a publicação de artigos de opinião permite à imprensa se colocar perante o público como um espaço público aberto às vozes exteriores às redações. Por esse motivo, a seleção dos discursos que adentram esse espaço de debate não raro reflete algumas regras de produção de neutralidade. Não são todos que são aceitos como representantes de uma opinião, mas apenas determinados segmentos vistos como mais representativos.

Contudo, entre o espaço dedicado às “notícias informativas” e aquele dedicado aos “textos opinativos” interpõem-se na maioria dos jornais contemporâneos ainda outro compartimento que não pode ser desconsiderado: o editorial. Em tese, é nesse espaço que os editores do jornal se dão o direito e a liberdade de expor suas opiniões sobre temas em voga. Note-se que o insulamento do editorial num espaço quase sempre facilmente identificável também resulta de determinada concepção de neutralidade política da mídia perante a esfera pública. De um lado, a demarcação do lugar do editorial permite ao leitor avaliar em que medida a opinião está reproduzida em outras partes do jornal e, em segundo lugar, a própria demarcação insinua que o restante das páginas não refletirá cabalmente o conteúdo e a forma dos editoriais.

A divisão entre o editorial e o resto do jornal busca, portanto, criar uma distância entre a opinião do jornal e as opiniões e informações que ele *publiciza* de forma supostamente imparcial, como se duas lógicas distintas imperassem na seleção de cada conjunto de textos: de um lado o jornal apresenta por meio do editorial sua opinião, balizada sempre na defesa do interesse público; de outro, abre espaço para que as várias opiniões conflitantes advindas da sociedade se expressem e se comuniquem com o público.

Note-se, contudo, que o editorial é um texto opinativo, porém que pretende representar a opinião do jornal enquanto corpo jornalístico. Não gratuitamente, é de praxe que ele não venha assinado, indicando que a opinião ali expressa vai além da posição dos donos ou administradores do jornal. Sendo assim, o editorial também representa uma espécie de opinião objetiva, isto é, ele mistura a autoridade da opinião parcial com a autoridade do capital jornalístico.

Por fim há também a sessão das cartas dos leitores, em que outro registro de discurso se faz representar: o público. Isto é, ainda que as cartas publicadas sejam de fato apenas uma seleção feita pelos editores – segundo critérios não públicos – das mensagens enviadas ao jornal por supostos leitores, elas ocupam a função simbólica – ou melhor, retórica – de expressar a própria voz do público.

Dessa maneira, o espaço de debate é construído por meio da manipulação de quatro subespaços, cada um com uma função de representação específica: (1) os editoriais manifestam a opinião do jornal propriamente dito em defesa do interesse público; (2) os artigos e textos opinativos expressam a opinião

de grupos organizados da sociedade, representados por atores “relevantes” selecionados pelo jornal; (3) as reportagens supostamente informam os fatos acerca do tema, sem manifestar opinião; e por fim (4) as cartas dos leitores manifestam opiniões enfáticas e representam a opinião pública. Cada subespaço, devidamente demarcado e associado a uma função específica de representação, contribui para a construção do discurso da neutralidade e da “isenção jornalística”.

No presente trabalho buscamos compreender a estratégia editorial adotada pelo jornal *O Globo* no tratamento da questão das ações afirmativas raciais a partir de um estudo da valência dos artigos opinativos publicados sobre o tema. Acreditamos que a ocorrência de uma controvérsia pública é um momento especialmente prolífico para o estudo. Controvérsias públicas são, por definição, momentos de disputa em torno de uma interpretação para dado problema coletivo. Nesses momentos, surgem possibilidades alternativas de interpretação do problema em pauta, bem como prognósticos variados, cada qual com consequências políticas distintas.

Para entender o modo como *O Globo* “modera” o espaço de debate criado pelo próprio jornal, catalogamos a posição em relação às ações afirmativas raciais declarada explicitamente em cada texto autoral compilado. As valências foram classificadas de acordo com seis categorias: contrário às ações afirmativas raciais, favorável, ambivalente, neutro, e sem valência detectável. Além dessas informações, dados mais gerais de cada texto foram computados, como o nome do autor, o grupo ao qual ele pertencia e a data da publicação. A seguir comentamos alguns resultados importantes da análise.

Fases e faces da controvérsia

Discussões em torno da legitimidade das ações afirmativas raciais existem no Brasil no mínimo desde o início da década de 1990. Entretanto, o tema só adentrou com força o noticiário midiático a partir de 2001. Nesse ano, o governo federal defendeu a adoção de ações afirmativas para negros em rede nacional de televisão, o que já prenunciou a importância midiática que a questão ganharia a partir daí. Simultaneamente, a delegação brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, declarava formalmente o apoio do governo federal às políticas (Pereira, 2003, p. 463). Ainda em 2001, três ministérios anunciaram a criação de programas de ação afirmativa e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

aprovou projeto que reservava um percentual das vagas das universidades do estado para pretos e pardos. Por isso, escolheu-se o ano de 2001 como início do recorte temporal da pesquisa. De 2001 até 2008, foram computadas 841 matérias publicadas n' *O Globo* sobre as ações afirmativas raciais. Elas foram distribuídas em diversos formatos de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1. Formato das matérias incluídas no *corpus*

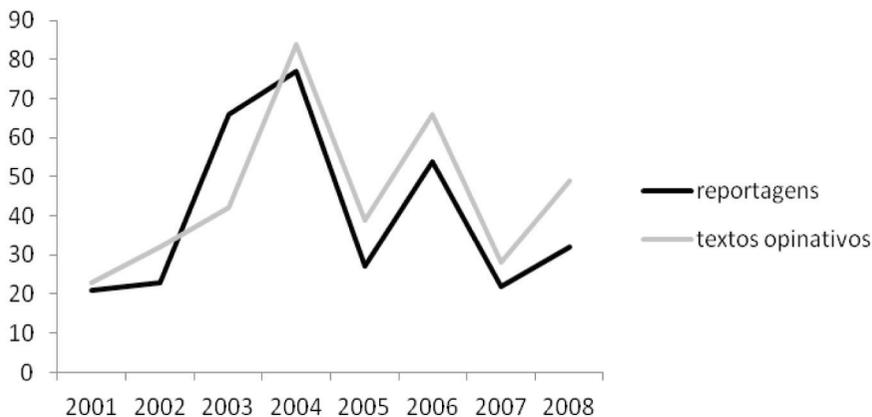
formato	n	%
reportagem	322	38,3%
carta	156	18,5%
artigo	142	16,9%
coluna	86	10,2%
editorial	74	8,8%
nota	31	3,7%
entrevista	28	3,3%
resenha	2	0,2%
total	841	100%

Fonte: os autores

Como o intuito do presente trabalho é estabelecer o perfil das publicações ditas opinativas, não analisamos em detalhe as reportagens. Posto que a natureza e a quantidade de cartas publicadas são bem diferentes em relação às dos demais textos opinativos, elas foram consideradas em partes específicas do trabalho. Portanto, os cruzamentos e análises que se seguem tomaram como universo apenas as colunas, artigos, entrevistas, resenhas e notas publicadas em *O Globo*, chamadas daqui em diante de textos opinativos. Todas essas categorias juntas somam 363 entradas no *corpus*, aproximadamente 43,2% da base total.

A quantidade de textos opinativos contabilizada é muito próxima à quantidade de reportagens (38,2%). Isso indica que existe certo equilíbrio entre a cobertura da controvérsia por meio de reportagens e a construção da controvérsia em textos de opinião. Mais importante ainda é notar que, após 2004, a variação da quantidade de reportagens publicadas é acompanhada de perto pela quantidade de textos de opinião publicados, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1. Quantidades de textos de opinião e reportagens publicadas por ano



Obs. O gráfico considera somente as reportagens e os textos opinativos. Excluem-se, portanto, as cartas.
Fonte: os autores.

É possível perceber que, até 2004, não há uma tendência identificável na forma como *O Globo* divide a cobertura da controvérsia nas suas seções de reportagens e nas suas seções opinativas. Todavia, a partir de 2004 uma tendência se consolida. A razão entre a quantidade de textos opinativos e o número de reportagens adquire um valor praticamente constante, sendo que os textos de opinião são um pouco mais numerosos que as reportagens publicadas. Após 2004, essa tendência passa a se repetir todos os anos. Se em 2003 as cotas eram encaradas majoritariamente como um tema que deveria ser noticiado via reportagens, em 2004 a controvérsia passa a ser encarada mais como uma questão de opinião. A partir de 2004 o jornal trata o assunto não somente como algo a reportar e mais como um tema a ser avaliado.

O Globo foi o primeiro jornal brasileiro de grande circulação a dar espaço em seus noticiários para o tema das ações afirmativas raciais. No início da polêmica, o tema não havia conquistado ainda um lugar de destaque nos noticiários nacionais. De 2001 até 2003, a polêmica ficou restrita aos jornais do estado do Rio de Janeiro, em grande medida porque até então apenas a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF) haviam adotado esse tipo de medida.

Em junho de 2004 a polêmica se nacionaliza, atraindo a atenção de outros jornais e migrando dos cadernos regionais d'*O Globo* para outras seções de maior peso e abrangência. Dentre os vários fatores que levaram a essa ampliação da controvérsia, destaca-se a adoção de cotas raciais pela Universidade de Brasília (UnB).

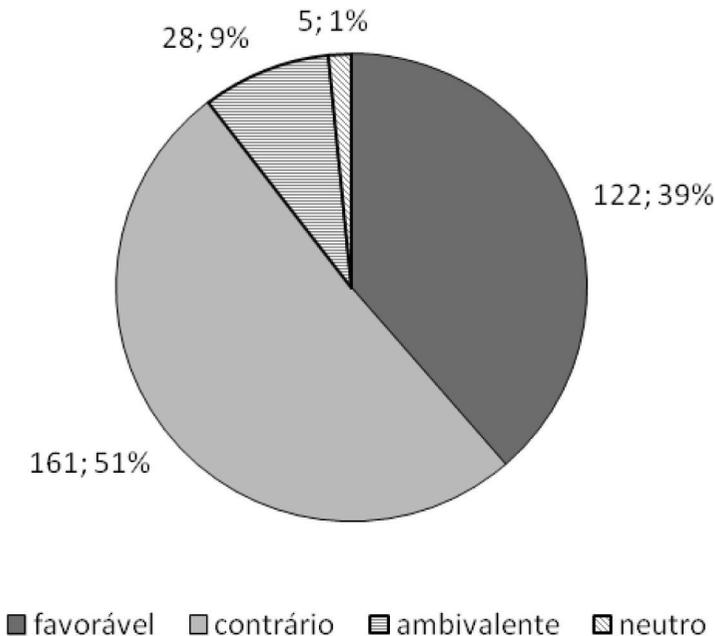
Vários motivos tornam o sistema de cotas da UnB mais atrativo de um ponto de vista midiático do que aquele adotado pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, a UnB foi a primeira instituição de ensino federal a adotar a medida. Em segundo lugar, merece destaque o fato de a universidade estar sediada na capital do país, próxima, portanto, das instâncias políticas decisórias. Em terceiro lugar, a instituição decidiu por iniciativa própria reservar parte de suas vagas para negros e índios, ao contrário da UERJ e da UENF, que adotaram cotas porque tiveram que seguir a legislação estadual. Por fim, diferentemente dos programas implantados pela UERJ e pela UENF, a UnB adotou uma comissão de verificação racial incumbida de homologar a candidatura daqueles que concorreriam a uma vaga por meio do sistema de cotas raciais. Este último item foi, de longe, o alvo da maior parte dos artigos de opinião e notícias publicadas em 2004.

Essa nacionalização da controvérsia foi acompanhada de um aumento no espaço conferido ao tema das ações afirmativas raciais nas páginas d'*O Globo*. Em 2004, a quantidade de reportagens, artigos de opinião, colunas e editoriais publicados sobre as cotas mais que dobra se comparada ao ano anterior. Simultaneamente, os princípios que passam a nortear a cobertura da controvérsia pelo jornal carioca começam a ganhar uma forma mais definida. Se em 2001, 2002 e 2003 o jornal publica mais artigos opinativos abertamente favoráveis às cotas, em 2004 a situação se inverte. Mais do que isso, essa inversão transforma-se em tendência: em todos os anos posteriores a 2004, o número de textos explicitamente contrários às ações afirmativas raciais supera o de favoráveis.

Para o estabelecimento da valência dos textos opinativos, separamos aqueles em que o autor assume uma posição explícita em relação às ações afirmativas raciais no decorrer de sua argumentação daqueles em que o autor não se pronuncia explicitamente. Dos 363 textos opinativos publicados, em 316 os autores revelam explicitamente sua posição em relação às ações

afirmativas raciais.⁴ Desses, pouco mais da metade (51%) se apresenta como contrária às ações afirmativas raciais; 39% se dizem favoráveis à medida; 9% apresentam certa ambivalência – isto é, assumem uma posição ao mesmo tempo temerosa e esperançosa em relação às cotas –; e apenas 1% declara não ter posição formada em relação às ações afirmativas raciais. O Gráfico 2 mostra a proporção total dessas valências. Distribuindo no tempo as quantidades de textos opinativos com posição explícita em relação às ações afirmativas raciais de acordo com a valência assumida, chegamos ao Gráfico 3, mais abaixo.

Gráfico 2. Quantidade dos textos opinativos com posição explícita publicados em função da valência em relação às AARs

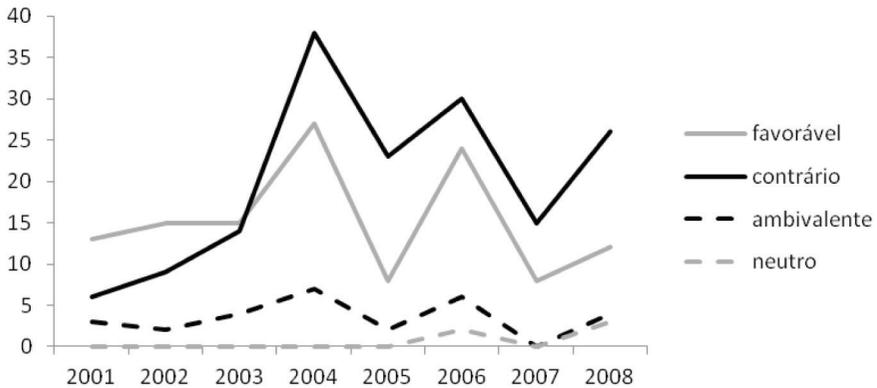


Obs. N = 316. As cartas não foram incluídas.

Fonte: os autores.

⁴ Trabalhamos com valores múltiplos de valência, que incluem não somente neutro, mas também ambivalente. No primeiro caso o autor explicitamente assume uma posição equidistante em relação aos dois polos da controvérsia, no segundo ele adota argumentos de ambos os lados sem, contudo, assumir uma posição clara.

Gráfico 3. Quantidade de textos opinativos com posição explícita publicados por ano em função da valência em relação às AARs



N = 316

Obs. Excluíram-se as cartas.

Fonte: os autores.

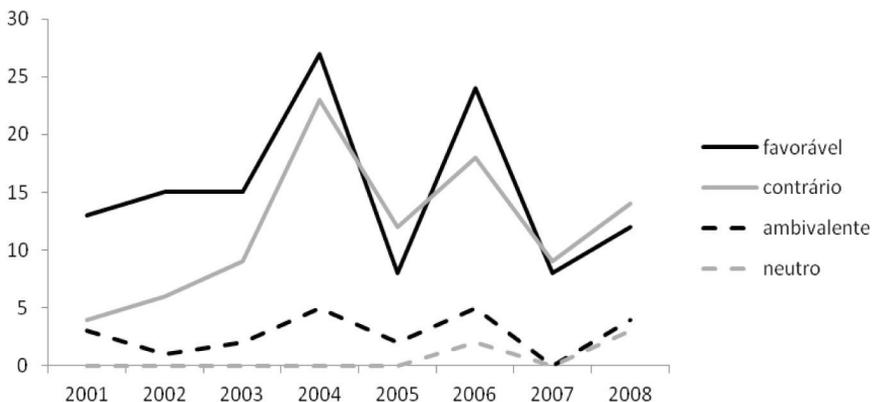
A partir do Gráfico 3, é possível perceber uma tendência semelhante à notada no Gráfico 1. No que concerne às valências entre 2001 e 2002 há uma preponderância de textos opinativos favoráveis às cotas. Durante o ano de 2003 essa tendência se inverte, com o número de textos contrários ultrapassando significativamente o de favoráveis. Embora a quantidade de textos sobre o tema oscile após 2004, em todos os anos posteriores a quantidade de textos contrários publicados ultrapassa a quantidade de textos favoráveis. Ao mesmo tempo, permanece quase constante a proporção entre a quantidade de textos contrários e favoráveis nesse período, com franca vantagem para os primeiros.

Com o intuito de averiguar em que medida a variação por ano da quantidade de textos favoráveis às cotas acompanha a variação do número de contrários, medimos o *r* de Pierson das duas séries. O coeficiente de correlação de Pierson permite estabelecer em que medida duas séries variam juntas e qual o sentido dessa variação. Quanto mais próximo seu valor for de +1, mais as séries crescem e diminuem juntas. No intervalo entre 2001 e 2006, a correlação entre a quantidade de textos favoráveis e o número de contrários é de +0,62. Restringindo o cálculo aos anos entre 2004 e 2008, a marca sobe para +0,9. É possível dizer que, após 2004, quase todo incremento ou decréscimo na quantidade de textos contrários publicados é acompanhado

de um incremento ou decréscimo quase equivalente na quantidade de textos favoráveis. Ao que parece, *O Globo* exerceu nesse espaço de tempo um controle cada vez mais forte da proporção entre as valências dos textos opinativos que publicou, preservando sempre a vantagem da opinião contrária.

É preciso notar que essa vantagem dos textos contrários é efeito da quantidade de editoriais publicados. Dos 74 editoriais publicados sobre o tema entre 2001 e 2008, 68 (91,9%) são contrários às cotas e apenas 6 assumem uma posição ambivalente. Excluindo os editoriais, a quantidade de colunas e artigos publicados favoráveis às cotas excede em alguns anos o número de contrários, com mostra o Gráfico 4:

Gráfico 4. Quantidade de textos opinativos (excetuados os editoriais) com posição explícita publicados por ano em função da valência em relação às AARs



N = 244

Obs. Excluíram-se as cartas e os editoriais.

Fonte: os autores.

Os dados parecem indicar que *O Globo* exerce um duplo controle do espaço conferido aos textos opinativos sobre as cotas publicados em suas páginas. De um lado, é clara a tentativa do jornal de abrir espaço para “duas visões conflitantes”, uma favorável às cotas e outra contrária à medida. Para tal, o jornal controla a valência dos textos que publica de modo a evitar que a proporção de textos contrários ultrapasse muito o número de textos favoráveis. Simultaneamente, por meio de seus editoriais publicados sobre o tema, o jornal garante que em todos os anos incluídos no *corpus* a quantidade

de textos opinativos contrários suplante a de favoráveis. É interessante notar que os anos em que *O Globo* menos publica editoriais sobre o assunto são justamente aqueles em que a quantidade geral de textos opinativos contrários já ultrapassa a de favoráveis (2005 e 2006).

Ao exercer esse duplo controle da valência dos textos, o jornal parece pretender criar a imagem de que suas seções de opinião são um espaço aberto “aos dois lados da contenda”. Porém, tal procedimento desconsidera o fato de que poucas problemáticas possuem apenas “dois lados”. Além disso, mimetizando um enquadramento comum nos períodos eleitorais, *O Globo* tende a apresentar a controvérsia como uma “corrida de cavalos”, alimentando a ideia de que ela não passa de uma disputa de forças, com ganhadores e perdedores potenciais (Dascal, 2000).

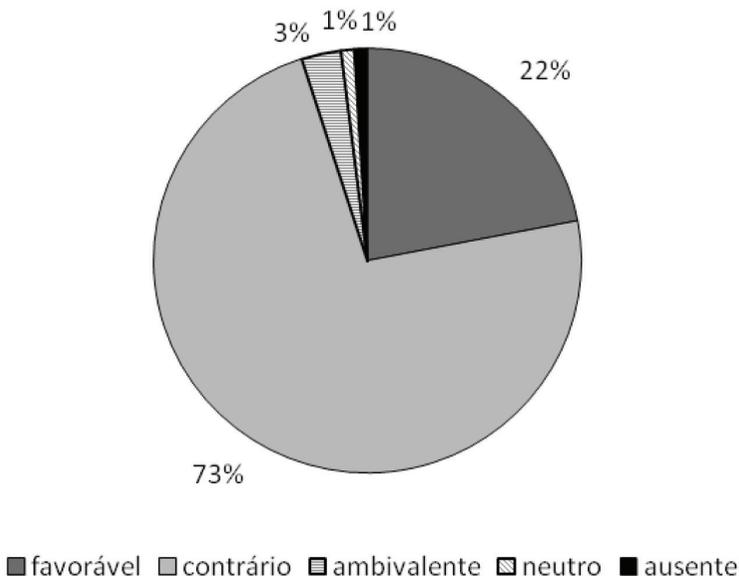
Ainda que esse enquadramento possa ser justificado como uma simplificação do debate, que facilitaria tanto o trabalho jornalístico quanto o acompanhamento da questão pelos leitores (Downs, 1972), ele reduz as preferências políticas em questão a um jogo de soma zero: ou se é a favor das cotas, ou se é contra. Ora, essas duas opções estão longe de contemplar todas as alternativas políticas possíveis para a imensa maioria das questões que adentram o debate público, incluindo aqui o tema das ações afirmativas raciais. Apenas para exemplificar, numa pesquisa ainda em curso, catalogamos mais de 81 justificações diferentes para uma tomada de posição contrária ou favorável às cotas. Logo, a questão está longe de ser um conflito entre dois grupos apenas.

Outro problema gerado por esse tipo de organização do debate é que ela retroalimenta a ideia de que o tema é muito controverso. Se a disputa é representada como uma competição mais ou menos “equilibrada” entre dois grupos, tudo se passa como se o debate não avançasse nunca – e, de fato, nas páginas d’*O Globo* ele parece não avançar, pois as posições permanecem numericamente congeladas em uma relação assimétrica em que os favoráveis parecem sempre estar perdendo a disputa. Ainda que pesquisas preliminares indiquem que as justificações arroladas nos textos se alterem substantivamente à medida que o tempo passa (Feres Jr., 2007), essa representação dicotômica da controvérsia leva a crer que o debate não sai do lugar. Se isso pode contribuir para que o tema das ações afirmativas raciais permaneça na agenda pública por um longo período – como está acontecendo –, por outro lado também contribui para disseminar a ideia de que se trata de uma política que deve ser tratada com cautela.

Se de um lado *O Globo* reduz a controvérsia a um campo de batalha dividido em dois, por outro lado, como sugerimos acima, o jornal produz através da publicação de seus editoriais uma “vitória” parcial daqueles que são contrários às cotas. Como foi dito anteriormente, essa “vitória” é garantida por uma categoria de textos que potencializa a autoridade da opinião jornalística, posto que o editorial pretende representar a opinião do jornal como um todo.

Esse padrão torna-se ainda mais elucidativo quando tomamos os dados relativos às cartas dos leitores. Assim como os editoriais, a maioria das cartas de leitores publicadas é contrária às ações afirmativas raciais. Das 156 cartas publicadas por *O Globo* entre 2001 e 2008, 72,4% são contrárias e 21,8% favoráveis:

Gráfico 5. Valência das cartas de leitores



N = 156

Fonte: os autores.

Ainda que seja aparentemente óbvio que as cartas dos leitores expressem a opinião apenas do restrito grupo de leitores do jornal – a rigor, publicam-se apenas as missivas do subgrupo de cartas de leitores selecionadas para publicação –, não raro elas são tomadas como expressão da “opinião pública”.

Isso ocorre não somente entre jornalistas e articulistas do próprio jornal mas também por acadêmicos que as consideram como objeto de pesquisa na suposição de que elas “representem opiniões que extrapolam os muros das universidades [, a posição dos] ‘nativos’, que, na tradição da nossa antropologia, devem ser levados a sério” (Maggie e Fry, 2004, p. 69).⁵ Ainda que tal interpretação revele falta de sofisticação no tratamento das cartas dos leitores, ela exprime uma perspectiva que é implicitamente defendida pelo próprio jornal e que justifica a existência de tal seção. De qualquer modo, é fato que nas páginas do jornal é produzida uma consonância entre a opinião do próprio órgão de imprensa perante as cotas, expressa pelos editoriais, e a opinião de seus leitores, que supostamente representam a “opinião pública”.

Para melhor compreender esse processo de distribuição dos textos autorais de acordo com a posição que eles explicitaram em relação às ações afirmativas raciais, é importante examinar o tipo de capital simbólico que o autor do texto em questão possui, ou parece possuir por meio da apresentação que dele é feita ao final do próprio texto. Isso porque um texto assinado por um político tem um peso completamente diferente de um texto assinado por um acadêmico ou por um missivista. Na Tabela 3 mostramos a distribuição das valências dos textos opinativos de acordo com o grupo a qual pertencia, no momento da publicação, o autor que o assinava.

Tabela 3: Valência dos textos opinativos de acordo com o grupo a qual pertence o(s) autor(es)

	favorável	contrário	ambivalente	neutro	total
“popular” (cartas)	20%	76%	3%	1%	146
editor	-	89%	9%	2%	89
jornalista (colunista)	52%	38%	9%	1%	82
academia	43%	44%	11%	1%	81
instância governamental	58%	32%	11%	-	38
agremiação política	53%	24%	24%	-	17
ONG e movimento social	100%	-	-	-	21
velebridade	71%	-	14%	14%	7
organismo internacional	67%	33%	-	-	3
outros	33%	67%	-	-	3

Fonte: os autores.

⁵ Outro exemplo da adoção das cartas de leitores como representação fidedigna da opinião pública nesse debate encontra-se em Grin (2003).

Os dados da tabela acima permitem que levantemos algumas hipóteses acerca dos critérios de seleção das vozes adotado por *O Globo*. Em torno de 76% das cartas que o jornal publicou sobre as cotas são contrários à política. Reaparece aqui ainda a preponderância de textos contrários às cotas escritos pelos editores⁶ do jornal (89%). Quando observamos os textos de jornalistas que são colunistas do periódico, vemos uma preponderância, ainda que mais suave, dos posicionamentos favoráveis. Já no que concerne os textos assinados por acadêmicos, há um notável equilíbrio. Membros de instâncias governamentais e agremiações políticas (mormente, partidos políticos) tendem a ser mais favoráveis às ações afirmativas raciais. Já a totalidade dos membros de movimentos sociais e ONGs que publicou no *O Globo* mostrou-se favorável às ações afirmativas raciais. Nesta última categoria encontram-se predominantemente instituições ligadas ou próximas ao movimento negro, particularmente as ONGs Observatório Afro-Brasileiro, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Educação para Afrodescendentes Carentes (Educafro) e o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP).

Em outras palavras, enquanto acadêmicos e jornalistas-colunistas aparecem como divididos entre as duas opiniões opostas, políticos, agentes do governo, e militantes de movimentos sociais manifestam apoio às ações afirmativas raciais, e os editores do jornal e os leitores expressam quase exclusivamente opiniões contrárias. Cada uma dessas categorias sociais, contudo, carrega significados distintos, principalmente no que diz respeito a sua relação com o ideal do bem público. Políticos, agentes do governo e militantes de movimentos sociais são categorias associadas à defesa de interesses corporativos e de grupo, e essas categorias de autores são predominantemente associadas à defesa das cotas raciais. Por outro lado, com posição marcadamente contrária, temos os textos editoriais, que sempre se apresentam como tendo o bem comum como objetivo máximo, acima dos partidos e dos interesses corporativos. Tal posição é partilhada com “a voz do público”, materializada nas cartas dos leitores, com um escore de 76% contrários, ratificando a imagem de uma opinião pública frontalmente contrária às ações afirmativas raciais. Por fim, temos o discurso dos acadêmicos, que é

⁶ A quantidade de textos opinativos assinados por editores (89) excede o número de editoriais públicos (74) porque os editores escrevem não apenas editoriais, mas também notas opinativas que, quase sempre, são publicadas sem assinatura na seção “Nossa Opinião”.

representado como equilibrado, buscando apresentar quantidades similares de cada posição. É preciso lembrar que, assim como o discurso jornalístico, o discurso acadêmico é investido da aura da imparcialidade científica, ainda que com outras estratégias retóricas.

Considerações finais

Ao que parece, a escolha dos textos opinativos publicados sobre as ações afirmativas raciais nas páginas d'*O Globo* é norteada pela necessidade de apresentação de algumas visões conflitantes sobre as ações afirmativas raciais. Sobretudo a partir de 2004, todo incremento na quantidade de textos opinativos autodeclarados contrários às ações afirmativas raciais é seguido de um incremento proporcional na quantidade de textos opinativos favoráveis publicados no jornal. Na seleção dos textos publicados, os editores parecem obedecer ao mandamento de “ouvir os dois lados”. Contudo, não se trata da exposição dos lados conflitantes em reportagens, como mostra Tuchman, mas do aparecimento deles na forma de textos opinativos. Ademais, chamam a atenção dois outros dados. A imensa maioria das cartas de leitores publicadas e a quase totalidade dos editoriais se autodeclararam contrários às ações afirmativas raciais.

Propomos aqui que a resolução do paradoxo existente entre a teoria da mídia-ator e a teoria da mídia-espaço-público passa pela compreensão de que ambas as possibilidades não se excluem. *O Globo*, por exemplo, só passa a apresentar suas perspectivas editoriais de maneira mais eficiente na medida em que estabelece certa proporcionalidade entre a valência dos textos opinativos publicados e junta a sua tomada de posição às cartas dos leitores. Por um lado, abre-se espaço para a publicação de visões opostas à dos editores do jornal. Por outro lado, a organização da controvérsia nas folhas d'*O Globo* não deixa de favorecer a postura defendida de forma explícita pelo jornal, seja pela vantagem constante da quantidade de textos contrários publicados, garantida por meio dos editoriais, seja pelo fato de o jornal privilegiar as cartas de leitores igualmente contrárias. Assim, ao abrir-se para opiniões opostas às suas e ao publicar as opiniões de seus leitores, *O Globo* pretende aumentar o grau de legitimidade de sua própria perspectiva editorial.

Ao publicar certa proporção de textos favoráveis às cotas, *O Globo* está contribuindo para o alargamento daquilo que Daniel Hallin chamou “fronteiras da controvérsia legítima” (Hallin, 1986), isto é, os limites e fronteiras

simbólicos sob os quais a controvérsia se desenrola. De fato, se compararmos a seleção de opiniões publicadas pelo jornal com a cobertura de outros periódicos muito mais monolíticos como a revista *Veja* (Daflon e Feres Jr., 2009), a assertiva anterior estaria correta. Entretanto, cabe questionar se a estratégia editorial de *O Globo* não produz um efeito similar ao privilegiar uma perspectiva contrária em relação às ações afirmativas raciais.

Também é importante ressaltar outro aspecto da administração do espaço da controvérsia feita pelo jornal, que é o de associar diferentes vozes às posições supostamente antagônicas. Aqui identificamos uma segunda estratégia de produção da aparência de imparcialidade em outro plano, não por meio do “dar voz” às diferentes posições, mas pela apresentação da opinião do próprio jornal segundo uma retórica de defesa do bem comum, que se contrapõe à apresentação do *front* que defende as ações afirmativas raciais, associado a vozes identificadas com interesses políticos ou de grupos sociais militantes. Em uníssono à opinião “virtuosa” dos editores do jornal entram as cartas dos leitores, isto é, uma representação da própria voz da sociedade, ao passo que o “outro lado” é constituído basicamente por políticos, burocratas e organizações do movimento negro.

Assim procedendo, o jornal expressa uma postura de instância crítica do governo e das retóricas instrumentais de organismos parciais da sociedade civil. Note-se que tal postura frente ao tema das cotas traduz para as páginas do jornal uma espécie de missão pública da imprensa, a qual, como descreveu Habermas, age como instância de crítica à autoridade constituída em prol de um público (Habermas, 1989, p. 39). Em poucas palavras, essa é a esfera pública representada nas páginas d’*O Globo* quando o assunto é cotas para negros nas universidades brasileiras.

Referências

- BENNETT, W. Lance (1988). *News, the politics of illusion*. 2. ed. New York: Longman.
- BIROLI, Flávia (2007). “Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do ‘jornalismo moderno’ no Brasil”. *História*, v. 26, n. 2, p. 118-143.
- DAFLON, Verônica Toste & FERES Jr., João (2009). “Ação afirmativa na revista *Veja*: informação ou militância?”. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 26 a 30 de outubro.

- DASCAL, Marcelo (2000). “Types of polemics and types of polemical moves”, em GILL, Harjeet Singh & MANETTI, Giovanni (eds.). *Signs and signification*, v. 2. New Delhi: Bahri Publication.
- DEARING, James W. & ROGERS, Everett M. (1996). *Agenda-setting*. Thousand Oaks: Sage.
- DEWEY, John (1991). *The public and its problems*. Ohio: Ohio University Press.
- DOWNS, Anthony (1972). “Up and down with ecology: the ‘issue-attention cycle’”. *The Public Interest*, n. 28, p. 35-50.
- ENTMAN, Robert (1993). “Framing: toward clarification of a fractured paradigm”. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58.
- FERES Jr., João (2007). “Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, n. 1-3, p. 63-84.
- FUSER, Igor (2009). “A mídia como ator político e a teoria da ‘democracia de platéia’ de Bernard Manin”. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 26 a 30 de outubro.
- GAMSON, William (1995). *Talking politics*. New York: Cambridge University Press.
- GITLIN, Todd (2003). *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press.
- GRIN, Mônica (2003). “Reflexividade racial no Brasil do Século XXI”. *Insight/Inteligência*, v. 5, n. 21, p. 42-47.
- HABERMAS, Jürgen (1989). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press.
- HALLIN, Daniel (1986). *The “uncensored war”: the media and Vietnam*. New York, Oxford: Oxford University Press.
- HOHLFELDT, Antonio (2001). “Objetividade: categoria jornalística mitificada”. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campos do Jordão, 3 a 7 de setembro.
- LIPPMANN, Walter (1998). *Public opinion*. 2. ed. New Brunswick, Londres: Transaction.
- MAGGIE, Yvonne & FRY, Peter (2004). “A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”. *Estudos Avançados*, v. 50, n. 18, p. 67-80.
- MANIN, Bernard (2002). *The principles of representative government*. New York: Cambridge University Press.

- McCOMBS, Maxwell & SHAW, Donald (1972). “The agenda-setting function of mass media”. *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187.
- MIGUEL, Luis Felipe (2002). “Os meios de comunicação e a prática política”. *Lua Nova*, n. 55-56, p. 155-184.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia (2010). “A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, p. 59-76.
- PEREIRA, Amauri Mendes (2003). “Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, n. 3, p. 463-482.
- PORTO, Mauro (2007). *Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-papers.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da (1990). *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus.
- ROBERT, Valérie (2003). “Polémiques entre intellectuels: pratiques et fonctions”, em ROBERT, Valérie (dir.). *Intellectuels et polémiques dans l'espace germanophone*. Asnières: Publications de l'Institut d'Allemand.
- TUCHMAN, Gaye (1972). “Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity”. *The American Journal of Sociology*, v. 77, n. 4, p. 660-679.
- _____ (1978). *Making news*. New York: The Free Press.

Resumo

O trabalho analisa a estratégia editorial do jornal *O Globo* no tratamento da questão das cotas raciais a partir do exame dos textos publicados pelo periódico sobre o tema entre 2001 e 2008. Focamos os textos de caráter opinativo para testar a hipótese de que há um controle editorial estrito na maneira como a questão das cotas raciais é apresentada no jornal na forma de controvérsia. Denominamos tal estratégia de “administração do espaço do debate”. A análise temporal dos dados mostra que (1) *O Globo* mantém uma razão constante entre o número de textos opinativos e o de reportagens publicadas sobre o tema; e (2) entre os textos opinativos o jornal mantém uma razão constante entre textos contrários e favoráveis, com expressiva vantagem para os primeiros. A partir do cruzamento dos diferentes formatos e autorias dos textos publicados com sua valência descobrimos que, enquanto editoriais e cartas de leitores são predominantemente contrários, acadêmicos e colunistas do jornal se dividem entre prós e contras, e militantes, políticos e burocratas são apresentados como predominantemente favoráveis. Em suma, nossa análise

permite mostrar que *O Globo* consegue ao mesmo tempo apresentar uma aparência de imparcialidade e controlar o espaço de debate de modo a passar uma posição predominantemente negativa das ações afirmativas para negros na universidade brasileira.

Palavras-chave: mídia, ação afirmativa, cotas, cobertura jornalística, *O Globo*.

Abstract

This article examines the editorial strategy employed by the newspaper *O Globo* in dealing with race-based affirmative action policies, from the texts published by the newspaper on the topic from 2001 to 2008. We give special attention to opinion pieces, in order to test the hypothesis that *O Globo* exerts strict editorial control in order to present affirmative action as a public controversy. We called the newspaper's strategy "management of the space for debate". Time-based data analysis reveals that (1) *O Globo* keeps a constant ratio between the number of opinion pieces and the number of news pieces published; and (2) the editors also keep a constant ratio between the number of opinion pieces against race-based affirmative action and the ones for it, with a clear advantage for the former. Our study also shows that while editorials and readers' letters are predominantly against the policy, texts authored by academics and columnists are fairly split between pro and con positions, and the ones written by militants, politicians and bureaucrats are chiefly favorable to affirmative action. In sum, our study shows that *O Globo* is able to put on a façade of impartiality while exerting a strict management of the space for debate in ways that allow for opinions against race-based affirmative action to have an upper hand.

Keywords: news media, affirmative action, journalism, *O Globo*.

Recebido em 1º de abril de 2012.

Aprovado em 5 de julho de 2012.